

Alban Bensa

La fin des exotismes - Essais d'anthropologie critique

Toulouse, Anarcharsis, 2006

Director de estudos no Laboratório Génese e Transformação dos Mundos Sociais, na EHESS, desde 1973 que Alban Bensa realiza trabalho de campo na Nova Caledónia, de que resultaram várias obras acerca da mitologia e das instituições políticas tradicionais kanakas. Interessa-lhe a antropologia da acção, da política e dos discursos, ligada de forma estreita à História. Embora a cultura fosse longamente apresentada como uma espécie de essência colectiva, entende que os contextos em que o antropólogo trabalha devem ser apreendidos nos seus processos, pois não há dados que não constituam os produtos de uma história. Pretende pôr em causa os argumentos através dos quais se passa da História às estruturas, da acção à norma, do complexo ao simples. A passagem do singular ao global *ganha em inteligibilidade o que perde em realidade* (p. 21) e realiza-se através de um trabalho de descontextualização, que extrai arbitrariamente os factos sociais das contingências a que estão associados. Reivindica uma *antropologia pragmática da acção*, com um olhar crítico sobre as utilizações antropológicas da noção de *cultura*, que estabeleceram fronteiras e associaram cada pessoa a uma parte circunscrita da humanidade. No seio dessas entidades supostamente coerentes e previsíveis, os homens e as mulheres, os jovens e os velhos, os chefes e os subordinados, os patrões e os operários exprimiriam em permanência a sua pertença a uma globalidade além das clivagens; as suas acções e pensamentos fariam imediatamente sentido no interior desses subconjuntos restritos. Se a estranheza do outro está no princípio de todo o exotismo, a contribuição da antropologia para alimentar esta postura estética tem sido considerável: o *antropologismo é um exotismo* (p. 14). Porém, nada autoriza a fazer de um melanésio, de um romano ou dum imigrante um portador de uma alteridade incomensurável, porque só existem diferenças relativas e móveis, que ora endurecem, ora amenizam até desaparecerem, consoante as conjunturas (p. 17). Os indivíduos resolvem problemas locais com os meios disponíveis e nem todos receberam a mesma caixa de ferramentas, atendendo à sua história pessoal e colectiva.

Regista três negações, responsáveis pelo abandono do contexto pelo «texto», a que dedicará as três primeiras partes da obra: (1) a *negação do real histórico*, que conduz a que um relato feito em circunstâncias particulares possa tornar-se um mito, com as práticas retiradas do seu contexto ou as metáforas erigidas em modo de pensamento; (2) a *negação da História*, sem dar aos processos a sua importância, o que amputa o social da sua principal propriedade, ser consubstancial ao tempo; (3) a *negação dos actores*, que retira aos indivíduos e às suas capacidades o entretecer do social com o fio do tempo e que remete as relações sociais para puros efeitos de estrutura.

A primeira parte do livro, *Retorno ao real*, reflecte sobre a necessidade duma etnografia atenta ao encadeamento das situações concretas, que permita evidenciar os diversos campos do discurso em que coexistem propósitos oficiais, elucubrações marginais, concepções unanimistas ou partilhadas somente por alguns, enunciados interditos ou excepcionais e mesmo proposições impensadas. Os fluxos díspares e inacabados são as únicas formas de apreender uma sociedade no quotidiano. Cada um tenta fazer coincidir a seu favor os interesses dominantes (frequentemente entendidos pelo antropólogo como «interesse colectivo»), reconstruindo com vantagem a conjuntura e modificando as normas em função dos projectos do momento. Pôr as práticas à distância é condição prévia para a construção da sociedade como totalidade, com o antropólogo como um deus *ex machina* que decide do sentido escondido das acções e dos propósitos dos indígenas. É raro que os antropólogos datem as suas informações de terreno,

ainda que a escrita etnográfica no presente mascare as contradições e as rupturas, sublinhando, por uma espécie de depuração do real, tudo o que tenha um carácter normativo nas sociedades. Assim se atribui às sociedades estudadas uma estabilidade de pedra, escapando a uma especificidade do fenómeno humano: a sua inscrição num tempo próprio. Segundo Bensa, é preciso *voltar a dar um estatuto teórico forte ao acontecimento*. Sucedendo-se no eixo do tempo, os factos sociais participam objectivamente duma evolução histórica, quer seja ou não pensada como tal pelos actores, que acedem à historicidade através da sua própria experiência do tempo.

A segunda parte do livro, *Práticas e fábricas do tempo*, tem por objectivo contrariar as concepções a-históricas do social, mostrando em que medida os factos sociais são uma função do tempo e como o presente contém sempre várias possibilidades e hesitações, entre tentações de ruptura e esperanças de continuidade. As concepções do tempo cingir-se-iam ao que designa como «Grande Partilha». Dum lado, o tempo lento, circular e fechado das sociedades com solidariedade mecânica, chamadas pré-industriais, primitivas e arcaicas. Do outro, o tempo, rápido, linear e aberto, da modernidade (159). Um dos capítulos dedica-se aos museus que dão a ver a «tradição», assente na impersonalidade, onde tudo é colectivo e as noções de obra, de criação e de indivíduo não têm direitos. Todavia, os mitos têm autores, os ritos inventores e os objectos criadores (149). Nesses lugares, a exotização faz-se a partir de uma norma implícita, a que encarna o Ocidente urbano actual, cujo distanciamento no espaço é também a metáfora do distanciamento no tempo. Um dos capítulos, *As ciências sociais face ao acontecimento*, questiona a sub-problematização do acontecimento nas ciências sociais e a pouca preparação dos antropólogos para lidarem com o ponto de separação, a partir do qual o mundo e o tempo parecem, subitamente, ordenar-se doutro modo. O tempo petrificado do rito não pode ser estendido ao conjunto da vida social, todo iimergido no rio ininterrupto da temporalidade, produzida pela acção e pelo exercício da palavra. As encenações e as formalizações, através das quais as sociedades se esforçam por parar o tempo, oferecem à noção de estrutura um terreno propício. Simetricamente, as relações quotidianas e aleatórias que as pessoas entretecem com o fluxo temporal da sua existência deveriam permitir abordar a historicidade das situações.

A terceira parte do livro, *Lógicas do actor*, começa com uma epígrafe de Norbert Elias: "*No interior da sociedade a que pertence, o indivíduo dispõe vulgarmente duma certa margem de autonomia, há uma certa latitude no seu poder de decisão*" (217). Se concebemos os actos não como sombras no fundo da caverna platónica, mas como escolhas em função de constrangimentos, a questão central não está na aplicação de normas definidas em abstracto, mas na margem de manobra dos sujeitos no seio dum espaço social de contornos incertos. É preciso analisar tanto o que faz o actor como o que o predetermina a agir assim.

Uma última parte, *Práticas Etnológicas*, comenta duas obras e reflecte sobre o trabalho feito com o arquitecto Renzo Piano no projecto do centro cultural Tjibaou em Nouméa, depois de terem sido assinados, em 1988, os acordos de Matignon que trouxeram a paz à Nova Caledónia. Para Alban Bensa, os factos sociais não são coisas, devendo antes ser tratados como *acções*, o que permite afirmar a sua historicidade, criticando os procedimentos frequentemente implícitos a que se recorre para englobar uma sociedade, uma área cultural ou uma civilização. A referência a um colectivo que age como um único homem (os Maoris, os portugueses, os árabes, os estudantes, os sindicalistas) constrói entidades abstractas colectivas providas daquilo a que chamamos cultura, em detrimento das práticas concretas de indivíduos concretos, dos jogos de influência, das iniciativas, das diversões, dos golpes baixos e doutras tácticas. Afirmando que a pertença a uma etnia, a uma sociedade, a uma civilização é uma espécie de acto mágico da cultura, que transcende e abole os efeitos da história, os fundamentalismos ignoram o peso

desta última na construção das entidades sociais (etnias, povos, nações, civilizações) e tornam impossível toda a comunicação entre elas.

Numa tripla afirmação – do real, do tempo e dos actores –, nesta obra indispensável Alban Bensa pretende compreender as atitudes tendo em conta a capacidade de mobilização do passado, mais do que contribuir para a construção de lugares de memória, como espaços de recuperação da história. Uma antropologia crítica parte do momento presente para as práticas e as memórias dos seus contemporâneos, aí detectando as modalidades segundo as quais as pessoas se apropriam hoje do tempo e o habitam.

Paula Godinho
Departamento de Antropologia e CEEP – UNL

Ramon Sarró e Antónia Pedroso de Lima (orgs.)
Terrenos Metropolitanos: Ensaio sobre produção etnográfica
Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006

Os artigos presentes nesta obra procedem de comunicações apresentadas no Seminário Internacional *Terrenos Metropolitanos: Desafios Metodológicos*, organizado, em 2003, pelo Instituto de Ciências Sociais e pelo Centro de Estudos de Antropologia Social. Organizada a obra em sete capítulos, no seu conjunto os textos presentes partem de investigações sobre populações não europeias em terrenos europeus e em contexto migratório, incidindo a temática na dimensão empírica da investigação.

Na introdução, Ramon Sarró e Antónia Pedroso de Lima apresentam-nos a questão central, fio condutor dos capítulos seguintes: como pode, hoje, o carácter experiencial da aquisição do conhecimento antropológico constituir um fundamento de autoridade científica, se o trabalho de campo é apenas um dos instrumentos constitutivos do processo de produção científica? A tónica é colocada no trabalho de campo e consequente problematização do *terreno*, quando se assume a experiência pessoal do antropólogo como influência determinante na constituição e definição da realidade estudada (desde o conteúdo ao resultado etnográfico final). Sarró e Lima distinguem, neste processo e em contextos receptores de fluxos de pessoas e informação, a dificuldade de precisar qual é o *terreno* onde se conduz a investigação (p.25): face ao perigo do isolamento das unidades de estudo, como se relacionam o(s) fluxo(s) que as ligam a outras unidades?

Com os dois primeiros artigos, o primeiro de Mette Louise Berg e o segundo de José Mapril, somos instados a conceptualizar o processo cognitivo da construção artificial de categorias analíticas, decorrente da representação elaborada na interpretação de um objecto aparentemente fugidio a um primeiro modelo analítico. No primeiro, sobre o tratamento das memórias da diáspora cubana em Espanha desde a revolução castrista, vemos como a heterogeneidade dos interlocutores (etária, vivencial, cultural, de classe), aliada a factores específicos desse terreno (o medo e a desconfiança, sentimentos partilhados por experiências e memórias diferenciadas sobre o processo revolucionário em Cuba), conduziram à fragmentação de uma suposta homogeneidade “comunitária” entre os interlocutores, exigindo um tratamento multissituado do terreno como estratégia de apreender as várias expressões de *cubanidade*. No reconhecimento dessa divergência de fluxos como estruturante, a investigadora definiu a sua

posição, tendo em conta a gestão do equilíbrio entre o seu papel e o nível politizado dos seus interlocutores, num processo de contínuo reposicionamento face aos níveis da interacção. No segundo capítulo, num texto sobre as dinâmicas sócio-culturais dos imigrantes bengalis em Lisboa, José Mapril reafirma-nos a inevitabilidade de, em contextos pouco delimitados, o antropólogo se permitir uma certa flexibilidade no encontro com o *terreno*. O seu papel vai sendo redesenhado em simultaneidade com a entrada progressiva, abrindo lugar à reavaliação de categorias analíticas na sua apreensão e delimitação, como uma possibilidade para reconfiguração da problemática central. Mais do que o papel do etnógrafo na investigação, como também aborda Elsa Lechner no quarto capítulo, sobre a imigração transmontana em França, no “face a face” com os indivíduos que estuda a posição do etnógrafo nunca permanece estática, tomando, no decurso do processo, uma centralidade fundamental. Tanto no artigo de Mapril como no de Lechner, há referência a um processo de constante questionamento sobre até que ponto será válido o uso de conceitos clássicos da antropologia, tal como o de *comunidade*, quando se trabalham *terrenos* onde a globalização dos processos identitários fragmenta redes locais e translocais, determinantes no quotidiano dos interlocutores, porque os localiza nos fluxos e entre fronteiras, e favorece a construção de distinções entre sujeitos que, por partilharem marcadores identitários (como a nacionalidade), não se constituem *per si* enquanto grupo coeso.

O lugar seguro de reposicionamento, onde a segurança face ao *terreno* se (re)constrói, aponta para a recolha de informação concreta e factual, como nos demonstra Susana Pereira Bastos, no terceiro capítulo. Esse caos interior que, muitas vezes, assola o etnógrafo é agudizado pelo conflito da não concordância entre interlocutores que só aparentemente se podem observar sob o prisma de um grupo homogéneo e que, assumidos sob o mesmo modelo explicativo, subjazem vazios de sentido. Susana Pereira Bastos, de modo a apreender as articulações da rede lusófona com a rede mais vasta da diáspora hindu-gujarati em Inglaterra na investigação sobre a rede em Portugal e a rede retornada a Moçambique, enfatiza a questão da intersubjectividade na representação antropológica. A problemática assenta na valorização de prismas: ao privilegiar o do sujeito sobre a sua própria rede, o etnógrafo incorre na possibilidade de anular a percepção do *nós* que o sujeito transporta: o facto de se “conceber a subjectividade pessoal como uma lente pode alterar o valor relativo que atribuímos às variáveis da pesquisa” (p.84). No seu terreno multissituado, com mulheres hindus de castas e estatutos sócio-económicos diferenciados, observamos como o encontro etnográfico decorre na ambivalência estrutural, onde a assimetria intersubjectiva entre antropólogo e interlocutores se representa na visão do mundo dos sujeitos.

A intersubjectividade antropológica na representação etnográfica volta a ser abordada na reflexão sobre a ética da representação etnográfica, a partir da investigação de campo, com emigrantes transmontanos em França, de Elsa Lechner (quarto capítulo). A autora parte da análise da ruptura biográfica e da reconfiguração identitária no processo migratório e relaciona a ética da alteridade e a ética da representação etnográfica, assumindo um lugar formal para a intersubjectividade, como um elemento integrante da estrutura analítica, uma representação que descreve o “outro” fora da relação, mas também no seu interior. A observação de conteúdos semelhantes na reinvenção das pertenças identitárias em sujeitos afastados das suas redes de origem leva-a a afirmar que, em contexto de migração, ocorre uma reinvenção da pertença identitária através da reapropriação de uma história “invisível”, localizada no período antes da ruptura das redes sociais, culturais, afectivas. Numa perspectiva integradora das experiências subjectivas dos sujeitos (onde se inclui o próprio antropólogo) na relação com os fenómenos sociais contemporâneos, e como Susana Pereira Bastos notou, ocorre um confronto entre identidade pessoal do antropólogo e identidade profissional, passível de diluir, na interacção,

estatutos e poder. Assim se coloca em questão a teoria crítica, pela urgência de diagnóstico sobre a incidência da interiorização individual nas estruturas sociais, e como resistência à *manipulação* do contexto na representação etnográfica, assumindo-a como uma escolha representacional (ou estratégia discursiva) apreendida no confronto entre recursos factuais e dados recolhidos.

No quinto capítulo, esta ideia é desenvolvida por Ubaldo Martínez Veiga que, numa reflexão sobre o trabalho de campo junto de imigrantes marroquinos na povoação agrícola de El Ejido na Andaluzia, defende ser o processo de interpretação a diferença fundamental entre a abordagem científica e o texto literário. Recorrendo ao episódio em que a sua tomada de posição no conflito que dividia imigrantes marroquinos e agricultores locais determinou o ostracismo da população autóctone para consigo e limitou a abordagem aos interlocutores africanos, argumenta que esta situação limite constitui a essência da representação etnográfica: em qualquer contexto, só existe possibilidade da “descoberta e descrição das pequenas verdades de facto” (p.123). Nesse sentido, a objectivação da escrita antropológica constrói-se nas contradições e limitações da representação do investigador (no processo de interpretação dos factos), nas sinuosidades do *terreno* e nas relações/conflitos aí estabelecidos.

O sexto capítulo, de Lorenzo Bordonaro e Chiara Pussetti, parte da experiência migratória individual dos autóctones da ilha dos Bijagós, Guiné, a residir em Lisboa, para evidenciar a acção das emoções, enquanto fenómeno cultural, nas populações deslocadas dos seus contextos de origem. Num processo tríplice onde os autores evidenciam a deslocalização como fio condutor, numa primeira fase observamos como, a partir dos fluxos de informação transnacionais, se opera uma construção imaginária (com sentido para o sujeito enquanto lugar conceptual) de um espaço discursivo amplo e sem fronteiras, o Ocidente como um todo, hipervalorizado por contraponto à subvalorização do seu contexto de origem, físico e cultural. Num segundo momento, pós migração, as dificuldades de integração destroem esse imaginário positivo, conduzindo a um sentimento de *nostalgia* face à sua terra natal – “o que eles não têm constitui o seu mundo experiencial, definindo a sua especificidade local” (p.130) – onde a deificação da origem constitui a última etapa. Tal como no texto de Mette Louise Berg, a situação de deslocação é abordada ao nível da memória e dos processos de imaginação, cristalização ou reinvenção do real, de modo supra positivo (como no caso dos guineenses em Lisboa), ou revestido de elementos mais negativos (como a desconfiança, determinante da ruptura de redes na Cuba imaginada pelos exilados, cujos tentáculos, acreditam, os podem seguir na Europa).

No sétimo capítulo, Nina Tiesler centra a abordagem na questão metodológica, utilizando como ponto de partida a investigação sobre a heterogeneidade do Islão na Europa (no caso, os muçulmanos em Portugal). A questão central reside na persistência de conceitos generalistas de subjectividade colectiva (avança o de *identidades*) e de padrões da diferença (como a *etnicidade*) em novas realidades empíricas mutáveis (i. e., na procura subjectiva de padrões de orientação) que necessitam de objectivação. Face à multiplicidade de auto-imagens, imagens e espaços físicos e sociais onde os seus interlocutores se movem, constata, na análise destas percepções desiguais, a necessidade de focalização e triagem, com o objectivo de clarificar categorias analíticas, adoptadas em várias esferas institucionais e políticas que, quando retiradas do nível das auto-expressões individuais ou colectivas, não existem naturalmente – tais como a *classe*, *identidade*, *grupo* ou *nacionalidade*. Na perspectiva de que a experiência individual da emigração é uma parte do processo de alienação social vivido na esfera individual ou colectiva, avança dois conceitos fundamentais para o seu terreno: o de *políticas da identidade*, na análise do processo de

procura de pertença, assumindo que, na essência, é isso que move os seus interlocutores; por outro lado, o conceito de *home* (substituto de *identidades*), na medida em que as questões de espaço e pertença são o tema fulcral nas políticas de identidade e na experiência subjectiva, enquanto designação da perda de identidade e como categoria social de análise.

O último texto, de Pina-Cabral, evidencia novas *nuances* à concepção clássica de *observação participante*, assumindo a multidimensionalidade da “cidade plural” como condição actual dos terrenos antropológicos e situando essa diferença, por contraponto às etnografias das sociedades primitivas, na opacidade interior plural destes terrenos, onde a distância, já não sendo física, é exacerbada pelas diferenças. Como o trabalho antropológico decorre hoje entre o devir e a fixidez dos processos (culturais, representacionais, relacionais), com dinâmicas diversas (p.183), afirma a necessidade de se assumir esse fenómeno como a constante de partida para a abordagem a estes *terrenos*. Tal pressupõe um olhar atento à imprevisibilidade das relações aí estabelecidas, à construção da identidade dos etnografados, operada em termos de distâncias espaciais e temporais, como lugares de demarcação a vários níveis da representação social. Sublinhando a ideia de que, hoje, os *terrenos* são espacial e temporalmente plurais, objectivando-se a eles próprios, assume como estratégia a realização de várias etnografias, num desmultiplicar dos vectores de sociabilidade como resistência ao encerramento.

Esta obra contribui para a discussão da revisão epistemológica da antropologia, ao colocar em confronto a praxis etnográfica e categorias analíticas. Destaca-se a proposta de olhar o *terreno* como uma entidade mutável, caracterizada por densidades e fluxos de interacções multissituados. A mudança de paradigma que assume o *terreno* como uma construção analítica sublinha também o encontro etnográfico como uma prática reflexiva, traçando novos contornos à estrutura intersubjectiva na representação etnográfica.

Ana Sofia Costa
CEEP – UNL

Josepa Cucó i Giner
Antropología Urbana
Madrid, Ariel, 2004.

Los procesos de globalización no sólo han transformado nuestras sociedades, sino también el modo en que las ciencias sociales tratan de comprenderlas, dejando obsoletos conceptos que hasta hace poco resultaban adecuados, o cuando menos útiles, para dar cuenta de los objetos de la antropología, la sociología o la historia. Todas estas disciplinas enfrentan, por tanto, importantes retos teóricos y metodológicos, derivados de la creciente complejidad e interconexión de los fenómenos que tratan de comprender. De este tipo de cuestiones se ocupa el libro de Josepa Cucó, y lo hace desde las aportaciones, entendidas no sólo como respuestas sino también como interrogantes, con las que la antropología urbana intenta responder a esos retos.

El libro trata de presentar, en palabras de la autora, un estado de la cuestión de la antropología urbana que fija su atención en los procesos de transformación que están actualmente en marcha, y también en los enfoques y tendencias analíticas que aspiran a dar cuenta de ellos. Un estado de la cuestión que no se limita, por tanto, a ofrecer una presentación histórica o temática de la disciplina, sino que intenta mostrar, sistematizar y confrontar las aportaciones más relevantes de la antropología urbana al conocimiento de fenómenos como la globalización, la

localización, el crecimiento urbano, la migración o el multiculturalismo. Se trata, además, de un acercamiento desde dos ángulos distintos.

La primera parte del libro, que abarca los tres primeros capítulos, nos dibuja un cuadro de la disciplina en el que se da cuenta tanto de su naturaleza como de sus últimos desarrollos. El carácter de la antropología urbana, su estatuto dentro de la antropología y del conjunto de las ciencias sociales, sus aportaciones teóricas y metodológicas, son algunos de los temas que se abordan en el capítulo primero. Para ello, la autora opta por una estrategia expositiva que resulta muy sugerente: la presentación de los estereotipos que existen sobre la disciplina y que tratan de cuestionar su legitimidad. Así, se revisan cuatro tópicos referidos a la juventud de la antropología en el estudio de la ciudad, la aplicación de enfoques basados en el modelo de isla-gueto, la ausencia de una teoría y una metodología antropológica sobre lo urbano y la difícil delimitación de un campo específico de la antropología urbana. Con el repaso de estas cuestiones, la autora nos plantea la imposibilidad de separar los caminos trazados por la antropología urbana de las trayectorias generales de la disciplina, a la vez que revela cómo esta especialidad ha contribuido a reestructurar el proyecto antropológico.

El segundo capítulo se ocupa de los vínculos entre los procesos de globalización y dos categorías centrales para la antropología urbana: el espacio y la cultura. En relación al primero, la autora nos muestra cómo las transformaciones generadas por la globalización han traído aparejada la revisión de ciertos paradigmas que, desde la Escuela de Chicago, habían servido de base al estudio de lo urbano. El cuestionamiento de algunos conceptos centrales para la disciplina, o de dualidades fundamentales como las que se establecen entre lo rural y lo urbano o el campo y la ciudad, ha provocado importantes cambios en la antropología urbana. Cambios de índole teórica, en tanto que la reestructuración de las categorías de espacio-temporales en las sociedades contemporáneas nos obliga a elaborar nuevas formas de pensar el espacio, a desplazar la mirada hacia lo global, las interconexiones y los contactos culturales. Y cambios también de tipo metodológico, capaces de captar los objetos de esa nueva mirada, que se traducen en etnografías situadas en contextos de observación múltiples y mestizos, que aúnan lo local y lo global, el mundo de la vida y el mundo del sistema. La cultura es la segunda de las categorías que Josepa Cucó analiza en sus vínculos con la globalización, y lo hace a través de las aportaciones de Appadurai, García Canclini y Hannerz, destacando la complejidad que la antropología urbana, con conceptos como hibridación o culturas transnacionales, aporta a la discusión sobre las relaciones entre los procesos de globalización y la cultura, una discusión que los enfoques economicistas y homogeneizadores tienden a simplificar en exceso.

En el capítulo tercero, se explora la imagen de la ciudad como laboratorio de lo global, como espacio privilegiado para observar las relaciones entre los niveles macro y micro. La autora considera que esta imagen debe ser matizada ya que, rota la dicotomía entre lo rural y lo urbano, no es posible poner el acento en la gran ciudad como escenario único del drama social. Un conjunto de metáforas, algunas propias y otras tomadas de diferentes autores, le permiten construir una visión de la urbe contemporánea en la que se despliega su carácter multifacético, poliédrico, de ciudad que es al mismo tiempo étnica, dividida, generizada, contestada, ritual, modernista y postmoderna, por citar sólo algunas de sus caras.

La segunda parte del libro se acerca a la antropología urbana desde un ángulo diferente, que viene dado por la reflexión sobre un tipo de objeto particular, como son las estructuras de mediación y los movimientos sociales.

La elección de estas cuestiones como modo de aproximación a la disciplina no es, obviamente, aleatoria, sino que responde a un objetivo que aparece de manera recurrente, a veces explícito y a veces latente, a lo largo de la obra: la reivindicación para los habitantes de la ciudad de su dimensión de actores y sujetos políticos. El capítulo que abre esta segunda parte se ocupa de las relaciones entre estructura y acción social, entre cultura y praxis cultural, entre individuo y sociedad, cuestiones que han preocupado a las ciencias sociales desde sus orígenes. Para ello, la autora realiza un repaso de los conceptos de sociedad civil, sociabilidad, asociaciones voluntarias y redes y grupos informales, entendidos como estructuras de mediación, es decir, como fenómenos bisagra que permiten unir diversos niveles de la realidad. El capítulo cinco se centra en el mismo tipo de fenómenos, pero desde una mirada diferente que los contempla centrando la atención en su carácter emergente y en su visibilidad social. Desde esta perspectiva, la autora plantea cuestiones relativas a la eclosión de las asociaciones voluntarias en las últimas décadas del siglo pasado, al descubrimiento del Tercer Sector y de la sociabilidad de las mujeres o al renovado interés por las comunidades y las redes de proximidad.

Los dos últimos capítulos abordan el tema de los movimientos sociales, un fenómeno que, como señala Josepa Cucó, no sólo es esencial para la comprensión de las sociedades contemporáneas, sino también para el desarrollo de la teoría social. El capítulo seis nos aporta una reflexión sobre los movimientos sociales en un contexto de crisis de la modernidad, que la autora caracteriza a partir de las aportaciones de Touraine, Melucci, Offe y Castells. Por último, en el capítulo siete, se realiza un repaso de los principales enfoques teóricos que han abordado el estudio de los movimientos sociales, como son la teoría de la movilización de recursos, el paradigma de los nuevos movimientos sociales, la estructura de oportunidad política o el enfoque de redes.

El libro de la profesora Josepa Cucó constituye una herramienta teórica de gran utilidad para aquellos que, desde las ciencias sociales, se acercan a los cambios que los procesos de globalización han generado en las sociedades contemporáneas. En un contexto en el que parecen triunfar los discursos que proclaman el carácter homogeneizador de la globalización, la antropología, siempre atenta a las diferencias, nos muestra que el maridaje entre lo global y lo local es complejo, que la localización está lejos de ser un proceso unilineal y que, en un mundo globalizado, lo local sigue siendo un elemento importante en la vida de las personas.

Junto a esta reivindicación de la complejidad, la autora realiza otra, la que atañe a la consideración de los sujetos como actores políticos, reivindicación especialmente importante en un momento en el que se destaca el carácter irreversible, ingobernable de la globalización.

El libro posee, al menos, una última virtud. La abundante bibliografía que maneja Josepa Cucó y la sugerente exposición que realiza de las investigaciones desarrolladas en el ámbito de la antropología convierten esta obra en una puerta abierta que nos invita a adentrarnos en el estudio de lo urbano.

Elena Gadea
Universidade de Múrcia

Benedict Anderson
Comunidades Imaginadas
Lisboa, Edições 70, 2005 (1981, 1991).

Benedict Anderson propõe-se tratar o nacionalismo não como uma ideologia, mas como uma

forma de “imaginar comunidades” através da ideia de nação, entendida como um artefacto cultural – artefacto esse que foi sendo copiado e reinventado por diversos grupos, em diferentes espaços e tempos, com um tal grau de sucesso e de adesão que, em seu nome, milhões de pessoas mataram e predispuseram-se a ser mortas nos últimos dois séculos (e continuam ainda hoje, no mundo das mobilidades aceleradas, da globalização e do transnacionalismo). Para entender as razões de tal sucesso, a obra mergulha nas origens e contornos dos processos de formação das nações e dos estados-nação, descrevendo-os como um modelo, uma maneira utilizada pelas pessoas para pensar as interacções e os grupos, à semelhança do parentesco ou da religião. Assim, a nação é um conceito imaginado, limitado e soberano, e que agremia comunidades numa horizontalidade fictícia (quem pertence a uma nação é igual a todos os outros membros, só faz parte dessa e de mais nenhuma, e só à própria comunidade compete dirigir os seus destinos).

O autor determina as raízes da ideia de nação nas mudanças culturais ocorridas na Europa dos séculos XVII e XVIII: 1) uma nova forma de pensar o poder das línguas, marcada pela perda de relevo do latim e das línguas de corte; 2) as alterações na forma de pensar as relações, sociais e divinas, do Homem com o Outro, decorrentes da Reforma protestante e do Iluminismo; 3) uma mudança na percepção do tempo, possibilitada pela ascensão do capitalismo de imprensa e pela expansão marítima, traduzida, segundo o conceito de Walter Benjamin, num *tempo vazio e homogéneo*. Este é radicalmente diverso do tempo das instituições antigas – o dos estados dinásticos e das comunidades religiosas, lento e imutável, difuso nas relações passado/presente – e permite imaginar as pessoas e os acontecimentos numa linha ordenada cronologicamente, através do relógio e do calendário. Assim, une comunidades locais de novas e poderosas formas, através do reconhecimento comum nessa linha temporal.

Anderson situa os primeiros sinais da formação de consciências nacionais na conjugação entre o surgimento do mercado de edições impressas, a partir do século XVII, responsável pelo aparecimento da ideia de língua associada a uma região e responsável pelo aumento do número de leitores em toda a Europa, e a reforma protestante. Esta última, fortemente apoiada nesta máquina capitalista, abalou as antigas instituições detentoras de poder na Europa: os estados dinásticos e a Igreja. Concomitantemente, a popularização dos vernáculos fixados pela imprensa levou a que estes começassem a ser utilizados como línguas administrativas por parte de certas elites do continente, concorrendo com as línguas oficiais de corte, que distanciavam as classes dominantes que as falavam da maioria da população.

A necessidade de proliferação deste mercado contribuiu para um aumento da população letrada e para a emergência de grupos de leitores, unidos pelo que liam e pela língua em que o faziam. Estas línguas de imprensa criaram comunidades que se puderam imaginar através de maneiras de falar distintas das línguas imutáveis das religiões e das cortes, com um padrão que as tornava únicas, demarcadas da imprecisão da oralidade e ligando pessoas através de, por exemplo, um jornal ou um romance, ao mesmo tempo que permitia que se inserissem os acontecimentos numa história homogénea e linear. Apesar desta genealogia da ideia de consciência nacional, o autor não a faz corresponder ao surgimento dos primeiros estados que utilizaram a nação como elemento legitimador. Os estados-nação teriam sido resultado do surgimento de elites administrativas crioulas nas colónias dos grandes impérios. De facto, com o crescimento das actividades ultramarinas, no século XVIII, deu-se um enorme aumento das máquinas burocráticas, que tiveram de se socorrer de mão-de-obra recrutada localmente, entre as segundas e terceiras gerações de colonos. O poder destas classes de funcionários foi aumentando, mas a ascensão mais desejada era-lhes vedada dada a sua natureza crioula: nunca

poderiam aspirar a serem chamados para os lugares de topo das suas carreiras, pois estes estavam reservados aos metropolitanos.

A dimensão crescente destes grupos, ligados aos territórios coloniais pelas viagens que iam fazendo ao longo da sua formação (as escolas que frequentavam, os postos que ocupavam, etc.), imaginados como comunidade temporal através da imprensa e do calendário inequívoco, fez com que fossem eles a estar por trás das primeiras manifestações nacionalistas nas colónias inglesas e espanholas nas Américas. Nestas regiões, o nacionalismo não foi concebido como decorrente de uma língua ou de um povo, pois as classes crioulas partilhavam estes dois factores com os grupos dos quais se pretendiam separar. Também não foi uma luta de classes, no sentido em que o receio de revoltas internas por parte das populações indígenas e escravas foi decisivo na mobilização das elites crioulas para assegurarem elas próprias o rumo dos territórios.

As experiências de libertação nacional ocorridas nas Américas criaram um conjunto de instituições novas que se constituíram em modelos que, devido ao seu sucesso, começaram a ser exportados para as próprias metrópoles, sendo sucessivamente apropriados e alterados conforme o contexto onde fossem sendo implantados. As velhas línguas europeias foram centrais nestes processos de apropriação da ideia de estado-nação, que se foi instalando nas mentalidades, com o seu aparelho de novos conceitos como “república”, “bandeira”, “hino”, “cidadania”, entre outros que, nas palavras do próprio autor, foram sendo pirateados para uso interno dos vários nacionalismos emergentes. Esta segunda fase do modelo de nação caracterizou-se também por ser menos elitista que os seus precursores crioulos, dada a necessidade de incluir os povos na história, legitimando a nação através da antiguidade e da língua (não se pôde, como nas Américas, pura e simplesmente excluir autóctones e escravos, uma vez que a estrutura social das metrópoles tinha outra complexidade).

Estas novas comunidades emergentes, assentes na ideia de nação, abalaram profundamente a lógica dos grandes impérios dinásticos, que governavam enormes porções de território, muitas vezes descontínuo, e que congregavam inúmeras culturas e sociedades muito diferentes. A ideia de consciência nacional em si mesma, resultante num nacionalismo popular na Europa, tinha nascido em oposição a estas formas de governação mas, quando o turbilhão começou a perturbar realmente a força dos impérios, estes reagiram, apropriando-se eles mesmos do modelo, fazendo-o tornar-se oficial e pondo-o ao serviço das elites dinásticas ameaçadas. A união entre império e nação operou a mudança da legitimidade dinástica das elites, para uma naturalização da nação e dos seus governantes através da história nacional. A melhor forma que os grupos detentores do poder encontraram, para dominar as novas instituições saídas dos nacionalismos linguísticos populares, foi fazer coincidir a ideia de império à de nação, pondo debaixo do controlo do estado os mecanismos e símbolos construtores dessa ideia (o ensino, o militarismo, a história oficial, etc.)

Por fim, o autor descreve uma última vaga de nacionalismos, decorrente do fim dos impérios coloniais resultante das duas guerras mundiais do século XX. Estes foram, mais uma vez, decalcados das experiências e dos modelos até então surgidos, com a particularidade de terem nascido de um paradoxo fatal dos nacionalismos oficiais: ao utilizarem a ideia de nação para legitimarem o seu domínio, os impérios estavam também a transmitir a noção do direito à nação. Ou seja, com a generalização do ensino nas colónias, criaram-se classes de pessoas que, ao aprenderem a história das suas metrópoles, os grandes feitos dos heróis fundadores, se aperceberam da sua condição de dominados, levando-os a criar uma imagem dessa alteridade sob a forma, mais uma vez, de novas nações. Nasceram assim as novas nações Africanas e

Asiáticas, não a partir de populações crioulas, nem de línguas, mas como reacção à opressão colonial, através das armas que esta mesma lhes tinha fornecido: o modelo de “comunidade imaginada” a partir da ideia de nação. Na revisão de 1991, Benedict Anderson repensa a descrição desta fase do nacionalismo colonial, complexificando-a com as formas pelas quais, com os avanços da ciência, os estados coloniais foram sendo pensados pelos grandes impérios. Os censos (que criaram categorias sociais que pudessem ser medidas), os mapas (que permitiram a diferenciação do território da colónia e a inserção dos grupos recenseados) e, finalmente, o museu (que fixou a história através de representações visíveis, criando símbolos e caracteres específicos), foram também factores importantes na consciencialização nacional dos estados coloniais.

A argumentação de *Comunidades Imaginadas* vai contra as ideologias nacionalistas, que apontam as raízes e a explicação do nacionalismo para a língua, para a antiguidade e para o continente europeu, negando a naturalização e apropriação ideológica do conceito. Ao mostrar as condições específicas que originaram os diversos movimentos nacionalistas, ao situá-los no tempo e no espaço e ao descrever a sua evolução, Anderson demonstra que o nacionalismo é um modelo, criado mais ou menos fortuitamente a partir das longínquas colónias americanas, através da conjugação de forças históricas várias, e que, devido à sua aplicabilidade e sucesso, foi sendo copiado e aperfeiçoado, até se constituir em nacionalismo de estado, nos séculos XIX e XX, naturalizado e ligado à invenção de uma história específica auto-legitimante.

Manuel Teles Grilo
CEEP - UNL

Luís Cunha
Memória Social em Campo Maior
Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2005

Olhando para a memória social como o articulador das experiências de vida e de tempos distintos, “(...) já que por ela se mostra, se pensa e se interpreta o mundo (...)” (17), Luís Cunha procurou, através de trabalho de pesquisa e investigação, recolher expressões de memória partilhada socialmente. Reporta-se a acontecimentos e fenómenos concretos que tiveram lugar em Campo Maior, numa janela de tempo que vai desde os anos 30 do séc. XX até aos dias de hoje, no tempo que se pode abraçar através da recolha de memórias, *grosso modo*. O resultado dessa investigação é-nos apresentado neste livro, *Memória Social em Campo Maior* (2005). O autor licenciou-se em Antropologia no ISCTE em 1990 e doutorou-se em 2003 na Universidade do Minho, onde é agora docente e investigador. O seu percurso académico tem sido orientado à volta das problemáticas relacionadas com a construção da identidade nacional (ver, do autor, *A Nação nas Malhas da sua Identidade. O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional*, 2001), das construções sociais da memória ou do que pode ser designado por memória social, e da Antropologia das Fronteiras, como é demonstrado nesta obra.

Memória Social em Campo Maior resulta do primeiro trabalho de campo de Luís Cunha em mais de dez anos de investigação e pesquisa (como o próprio refere), trabalho que decorreu em períodos mais ou menos longos na vila alentejana e fronteiriça de Campo Maior, com pelo menos uma estadia de quase um ano, de 1997 a 1998, entre outras visitas mais curtas. O facto de ter sido a primeira experiência de trabalho de terreno do autor torna-se então o mote para um primeiro capítulo de reflexão em torno da relação construída pelo investigador com o

terreno (e vice-versa), ao mesmo tempo que apresenta a forma como a problemática foi sendo construída e os métodos empregados na pesquisa. Não tendo o intento de produzir uma monografia “clássica” sobre a vila de Campo Maior, Cunha explica que pretendia antes, com esse trabalho de campo, trabalhar e reflectir sobre certas temáticas *a partir* da vila. Se o móbil da sua investigação era, portanto, a memória social de Campo Maior, ao escolher esta localidade como contexto a trabalhar o autor toca imediatamente num segundo móbil, não menos importante no delinear das dinâmicas de investigação e na construção da problemática: a fronteira.

Temos, portanto, duas temáticas centrais em *Memória Social em Campo Maior*, ambas de grande relevo na Antropologia dos dias de hoje: a(s) memória(s) e a(s) fronteira(s). São temas que, na investigação que nos é descrita, se entrecruzam obrigatoriamente (pelo peso que a fronteira tem nas memórias da população da vila), e que são, de alguma forma, indissociáveis um do outro na reflexão que o autor constrói em torno do contexto estudado, ao longo dos seis capítulos e das (mais ou menos) trezentas páginas de texto que compõem esta obra. Sendo a vila de Campo Maior uma povoação fronteiriça desde o séc. XIII, as suas populações viveram com a *linha que une e separa* sempre perto, tal como com a união e separação que essa proximidade proporciona, e o séc. XX não foi excepção. Daí os temas observados pelo autor como mais presentes nas memórias e nos discursos da população de Campo Maior se prenderem com as práticas de contrabando (como em todas as povoações fronteiriças) e/ou com a Guerra Civil de Espanha (que se fez também sentir do lado português da fronteira de diversas formas, especialmente nos espaços próximos da *linha fronteiriça* – na *área raiana* –, como Campo Maior), o que faz com que o fenómeno do contrabando e os acontecimentos ligados à Guerra Civil e aos movimentos de refugiados tomem parte muito central nesta obra, sendo alvo de uma extensa descrição e reflexão.

Esta obra é, portanto, um trabalho extenso de Antropologia, e um livro muito denso pelo seu conteúdo histórico, etnográfico e antropológico. É um texto que sumariza um esforço de investigação e pesquisa etnográfica e histórica de vários anos e que, ao procurar, através de uma espécie de *etnografia de memórias* de uma vila de fronteira, reflectir sobre os papéis desempenhados pela memória partilhada socialmente na construção e manutenção das identidades, acaba por nos oferecer uma grande teorização em torno da Antropologia das Memórias (memória social e não só) e da Antropologia das Fronteiras (fronteiras políticas e não só), bem como acaba, também, por ser um grande contributo para o conhecimento do contrabando de subsistência e das estratégias e motivações que lhe estão inerentes, bem como para o conhecimento da Guerra Civil de Espanha e seus efeitos na raia. A reflexão extensa que nos é oferecida sobre o contrabando de subsistência e a Guerra Civil de Espanha tem um grande peso e importância para uma melhor compreensão da memória social, mas é também útil, como o autor nos mostra, para se pensar, entre muitos outros temas, as relações entre os Estados e as populações locais, as relações entre centro e periferia, as relações entre o local e o nacional (e o internacional, e o global, e outras escalas), as relações entre os vários patamares de uma dada hierarquia social (neste caso, da vila), as redes de relações sociais, os mecanismos e estratégias postos em prática para atingir objectivos lucrativos para o indivíduo ou grupo, etc..

A organização do livro é feita de forma a que o leitor contextualize o espaço abordado em primeiro lugar, na introdução, ao mesmo tempo que as intenções de trabalho sobre a memória e a fronteira são também reveladas. De seguida, é-nos oferecida uma reflexão em torno das memórias e das fronteiras, sendo esta aproveitada para dissecar alguma produção científica que toca nessas temáticas. Esta reflexão serve não só para Cunha nos pôr em contacto com muitos

dos desenvolvimentos destes temas nas ciências sociais nos últimos anos, mas também para *preparar o terreno* teórico antes de nos lançar na *Etnografia de memórias* de contrabando e Guerra Civil de Espanha propriamente dita, e na reflexão construída à sua volta. Se o primeiro capítulo é dedicado, como foi já referido, à apresentação das metodologias de pesquisa e à teorização em torno da relação construída entre o antropólogo e o terreno, o segundo e terceiro capítulos são, por sua vez, dedicados a uma exploração mais profunda dos conceitos de tempo, identidade e memória social (segundo capítulo), e da fronteira como linha e área, como recurso e perigo, como factor de união e de separação, como fronteira *local* e fronteira *nacional*, como fronteira política ou de identidade, etc. (terceiro capítulo). No quarto capítulo, temos uma aproximação ao espaço físico e social de Campo Maior e às representações daí criadas, a par com uma discussão sobre a hierarquia social e a memória colectiva; e no quinto e sexto capítulos temos as já referidas reflexões em torno do contrabando e dos acontecimentos ligados à Guerra Civil de Espanha, respectivamente. No *mundo do contrabando*, somos levados a pensar a fronteira tanto da perspectiva central e subordinante dos Estados impositores da fronteira, como da perspectiva local e subordinada (ou insubordinada) dos habitantes de Campo Maior, bem como nos é também descrita a actividade, os seus meandros ao longo dos tempos, as suas dinâmicas e representações, e as estratégias a si ligadas. Em relação aos acontecimentos ligados à Guerra Civil de Espanha, é-nos oferecido um retrato desses anos conturbados, juntamente com uma análise dos impactos produzidos pela guerra nas estratégias, redes e hierarquias sociais e políticas. Luís Cunha refere, na sua Conclusão, que os acontecimentos ligados à Guerra Civil de Espanha e, principalmente, o fenómeno do contrabando, são referências culturais muito importantes na vila raiana de Campo Maior, mas que só estruturam uma identidade dominante por estarem dentro do universo mais vasto da fronteira. Como ele próprio adverte logo de seguida, mais do que falar de *fronteira*, a linha divisória, talvez se deva prestar mais atenção à *zona raiana*, a área envolvente à linha e dentro da qual as influências da fronteira se fazem sentir (ora como recursos ora como limitações), e isto por forma a enfatizar a sua *dimensão de representação colectiva que transcende a demarcação política*.

Eduardo Araújo
CEEP - UNL

Francisco Espinosa Maestre (prólogo de Alberto Reig Tapia)
Contra el Olvido. Historia y Memoria de la Guerra Civil
Barcelona, Crítica, 2006

Este livro representa um trabalho de síntese de Francisco Espinosa Maestre, pertencente à geração de historiadores que desde os anos oitenta renovam o estudo da guerra civil de Espanha, investigando a repressão franquista. Como nos justifica o autor: “La razón es simple: en gran parte de España lo que llamamos guerra civil fue solo represión, de modo que al golpe militar siguió directamente el plan de exterminio” (171). Ao realizar diversos trabalhos sobre a destruição da II República e sobre o golpe militar de 18 de Julho de 1936 nas províncias de Huelva e de Badajoz, dos quais se destacam, *La Guerra Civil en Huelva* (1996), *La Columna de la Muerte*, *El Avance del Ejército Franquista de Sevilla a Badajoz* (2003) e *La Justicia de Queipo; Violencia Selectiva y Terror Fascista en la II División en 1936* (2005), Francisco Espinosa encetou igualmente um combate pela memória histórica dos vencidos da guerra. Daí a importância deste livro para compreendermos, como afirma Alberto Reig Tapia no seu prólogo, todo o “alcance, amplitud y significación” da sublevação militar e da implantação do regime franquista, não apenas durante o período histórico de 1936 a 1975, mas também nas suas

reminiscências na sociedade espanhola actual.

Nesta obra, composta por 11 capítulos, o autor apresenta-nos um conjunto de estudos evidenciando as consequências da sublevação militar nos seus aspectos sociais e políticos, assim como uma reflexão teórico-metodológica sobre a recuperação da memória na sociedade espanhola, numa perspectiva historiográfica, política, jurídica, administrativa e literária.

No primeiro capítulo, “El cura y el falangista”, o autor constrói a história de dois personagens da guerra civil como exemplos da acção da Falange e da Igreja em duas povoações vizinhas durante a sublevação militar de Julho. “Quiere resaltar este trabajo que la violencia no se impone por sí sola, sino que se elige, se prepara y se alimenta para que dé sus frutos” (1). O cura de Rociana, cuja acção contribuiu para a desagregação da comunidade, destruindo laços familiares e amizades construídas num tempo longo, e o chefe falangista de Hinojos, “una pequeña comunidad donde la cohesión social y la voluntad de unos cuantos se impusieron a la falla producida por la sublevación de julio” (25).

No segundo capítulo, “Apuntes para la historia de la sublevación de Julio de 1936 en Cadiz”, o autor reconstrói o processo de ocupação de Cadiz, salientando a sua importância estratégica para a vitória do Movimento Militar e a violência extrema na implantação da “nova ordem”, cujo principal objectivo era chegar a Madrid via Sevilha e Estremadura.

No terceiro capítulo, “Agapito Garcia Atadell en el infierno de Queipo”, o autor apresenta uma história singular demonstrando as ambivalências construídas pelos sujeitos ao longo do conflito social, através do percurso de Garcia Atadell. “Él mismo declaro en Sevilla que su brigada realizo unas ochocientas detenciones en tres meses” (72), arrecadando uma fortuna incalculável. Quando as ilegalidades da “checa socialista de Garcia Atadell” são descobertas em Madrid, planeia a fuga para Cuba e, embora procurado pelas autoridades republicanas, será detido pelos nacionalistas em Las Palmas. Apesar de Garcia Atadell oferecer os seus serviços ao general Queipo, renegando a sua filiação socialista em prol de um novo fervor católico, foi condenado à morte por garrote em Julho de 1937.

Em “La memoria del fiscal del Ejército de Ocupación”, Francisco Espinosa procede à análise de um documento inédito, do Archivo del Tribunal Militar Territorial Segundo de Sevilla. A sua importância advém, segundo o autor, da forma aberta e clara como a estratégia repressiva e as bases ideológicas da sublevação militar estão expressas no texto do documento: “Todo giraría, como bien expuso Acedo Colunga, en torno a la ilegalidad de las elecciones de febrero del 36, al supuesto vacío de poder en los meses del Frente Popular e al obligado papel del Ejército” (80).

No capítulo “Agosto del 36: terror y propaganda. Los orígenes de la Causa General”, o autor explica os objectivos e as consequências sociais desta iniciativa de Franco, ao informar sobre os acontecimentos ocorridos na zona republicana desde a sublevação militar até à “liberación”, legitimando a violência sobre os vencidos. “La represión fascista había sido efectuada pueblo a pueblo y ciudad a ciudad de una manera que se veía claramente que no respondía a otra violencia previa sino a un plan de exterminio” (97). Mas a manipulação e propaganda do “Avance de la Causa General” converteu-se em verdade oficial, moldando mentalidades, e “los muertos del fascismo fueran pasto del olvido (...) Al cabo de los años todos creían que se trataba de las victimas locales del terror rojo” (105).

Em “Literatura e historia: el caso de Pascual Duarte o el crimen que nunca existió”, o autor

desconstrói a novela *A Família de Pascual Duarte*, de Camilo José Cela, alertando para os anacronismos entre literatura e historiografia, para os limites entre realidade e ficção, para a legitimidade ou ilegitimidade da manipulação do passado por parte dos escritores e para a ideologia subjacente nessas tendências de recuperação da memória histórica da guerra.

Ao propor-nos, nos capítulos 7, 8 e 9, uma reflexão sobre a luta historiográfica em torno da repressão franquista, fala-nos das obras pioneiras deste combate pela história e pela memória, do “Pacto de silêncio” e das estratégias políticas de contenção social, desde o processo de transição democrática até aos nossos dias. Mas fala-nos também das associações cívicas criadas nos últimos dez anos para dignificar a memória das vítimas do franquismo, e do presente, onde a história se constrói, evidenciando os obstáculos no acesso aos arquivos: “es necesario saber si existen aún los archivos de la represión, de existir, hay que ponerlos de inmediato al servicio de la historia (...) Solo así será posible encontrar las raíces de nuestra memoria democrática.” (204).

No décimo capítulo, “El fenómeno revisionista o los fantasmas de la derecha española”, cujo tema central é a “matança de Badajoz” e a luta em torno da interpretação do passado, Francisco Espinosa contesta as correntes revisionistas encabeçadas por jornalistas e historiadores que procuram branquear a memória da repressão franquista.

No último capítulo, analisa o processo político pelo reconhecimento social das vítimas do franquismo, e a necessidade de uma “política de memória” capaz de criar uma verdadeira cultura democrática, apesar da coexistência de diversas memórias.

Contra el Olvido revela duas linhas orientadoras, a primeira composta por trabalhos sobre a renovação do estudo da guerra civil, resultantes tanto do acesso a novas fontes (arquivos militares) como de novos enfoques (a literatura), e a segunda sobre a história e a memória da repressão franquista nos seus principais aspectos: as dificuldades de investigação, a história detalhada da investigação sobre a repressão e o seu aproveitamento político desde a ditadura até à actualidade, o revisionismo histórico, e a tentativa de levar por diante uma política de memória. Mais, representa o “trabalho militante” de um historiador marcado por Marc Bloch, Pierre Vilar e Lucien Febvre, para quem a história sempre foi uma arma de combate que pode e deve servir para legitimar a luta contra o esquecimento.

Maria Dulce Simões
CEEP– UNL
Bolsaira FCT

Ángel Rodríguez Gallardo

O Ruído da Morte – A repression franquista en Pontearcas (1936-1939)

A Coruña, Ediciós do Castro, 2006

Esta obra de Ángel Rodríguez Gallardo foi publicada em 2006, quando se comemoravam os setenta anos do início da guerra civil espanhola. Nesse Ano da Memória foram protagonizadas diversas iniciativas, levadas a cabo tanto pela sociedade civil como por investigadores, no sentido de recuperar e preservar a memória das vítimas e dos acontecimentos da guerra, bem como a dignidade das pessoas que sofreram a repressão franquista.

O autor pretende, neste estudo, analisar a repressão sociopolítica ligada à violência durante os anos da guerra civil na região de Ponteareas (constituída por oito concelhos com uma população de cerca de 50 000 habitantes), perspectivando, através de uma exaustiva consulta de inúmeros arquivos, muitos deles só recentemente acessíveis, o verdadeiro impacto da repressão na população civil.

É, deste modo, procurada uma explicação da origem da violência e a sua aplicação social, que no caso galego, e no *ponteareán* em particular, se repercutiu na estrutura política dessas comunidades. A análise da violência, como um elemento fundamental da estrutura social que regulava as relações políticas durante o período da guerra civil e do franquismo, provida de uma grande carga simbólica e cultural, supõe uma análise do medo da morte e do terror como tradução anímica desse medo. Uma contundente forma de organização destas comunidades que, não tendo vivido a guerra civil na sua forma mais bélica, a viveram através dos efeitos coercivos da espiral repressiva que se gerou, numa zona de Espanha em que ao *Alzamiento* de 18 de Julho de 1936 se seguiu a revolta de militares franquistas, que colocaram a Galiza totalmente do lado «nacional» logo nos primeiros dias de Agosto.

Para o autor, a compreensão da violência repressiva, partindo de uma visão local, rural neste caso, dentro de comunidades pequenas e muito fechadas, deve ter em conta, mais que o número dos que sofreram com a repressão, o grau de destruição física e moral dos vencidos. O medo e a miséria incorporaram-se na vida da maioria das pessoas, levando ao desmoronamento das famílias, rompendo com os quotidianos e com traços característicos das comunidades rurais, no prolongar de uma tradição autoritária e intolerante, onde a humilhação adquiriu, de súbito, um efeito dissolvente, disfarçada para o exterior como uma atitude de adaptação ou acomodação por força de um instinto de sobrevivência.

Afirmando que os responsáveis máximos da repressão foram, fundamentalmente, as autoridades militares golpistas, Ángel Rodríguez Gallardo considera que, ainda que não tenham sido os únicos a fazer parte do processo repressivo, as suas decisões conduziram à aplicação do terror e apoiaram um tipo de justiça que, embora de aparência legal, escondia uma perversa política de vingança que acabou de forma definitiva com as formas de participação social que se vinham implementando nestas pequenas comunidades. Patrulhas de falangistas dedicavam-se, especialmente nos primeiros meses do conflito, a aterrorizar as povoações através das diferentes modalidades de “mortes” ilegais (*paseos*, *sacas* de presos, aplicação da lei de fugas). Estas mortes eram precedidas quase sempre por torturas, maus tratos ou violações, bem como pela destruição de bens particulares ou públicos, sobretudo arrasando psicologicamente milhares de famílias. No entanto, não se tratava aqui de um caso de violência cega e descontrolada. Segundo o autor, correspondia antes a uma tática repressiva planeada, que contava com o apoio da burguesia e membros de direita implicados na conspiração. A Igreja desempenharia também um importante papel como cúmplice e agente activo da repressão.

As principais vítimas da repressão na Galiza, e em Ponteareas, foram basicamente operários, agricultores, carpinteiros, gente do povo. Da mesma forma que foram especialmente castigados dirigentes políticos e sindicais vinculados ao regime republicano e com cargos públicos. Em comunidades rurais, como em Ponteareas, aconteceu que muitos vizinhos participaram do processo repressivo utilizando a denúncia como arma, que resultava desta forma num exercício directo de ajuste de contas. Eram eles que apontavam a direcção dos objectivos dos militares e paramilitares, eram eles que indicavam o perfil familiar ou social dos que protegiam os primeiros *fuxidos*, os que acabaram por favorecer a nova organização hierárquica que, em

muitos casos, era uma repetição da que já existia antes da II República. A existência duma importante cumplicidade social com os sublevados e com as suas operações de “limpeza” gerou um espaço ilegal onde os elementos mais explicitamente repressivos exerceram um uso descontrolado da violência. A significativa presença de falangistas nos grupos paramilitares de castigo é, ao longo da obra, explicada por uma dinâmica de recrutamento em massa, na qual exerceram uma enorme influência os dirigentes mais conservadores, alguns deles envolvidos na Falange antes da guerra, assim como os oficiais das forças policiais ou do exército destacados nas diferentes povoações.

O medo e a sua representação mais superficial, o terror, fizeram com que muitos dos então simpatizantes da causa republicana se entregassem à defesa e consolidação, pelo menos aparente, do novo regime militar. Com estes submissos à força, convertidos em representantes do novo regime legal, consolidavam-se as causas militares. A situação que se vivia, o clima de terror que propositadamente era cultivado pelos sublevados, explica o silêncio que abafou a memória de muitos dos que viveram de perto a repressão, um silêncio que não é explicável em termos históricos de outra forma senão como uma resposta interiorizada ao desproporcionado uso da violência por parte dos repressores.

Este trabalho dá-nos uma significativa informação do que ocorreu nas primeiras duas semanas de sublevação, dando-nos conta de que o principal problema com que se depararam os militantes da Frente Popular foi a incerteza que prevalecia face à situação, resultando numa resistência fraca e pouco organizada face aos sublevados.

Sobre os vários momentos que compuseram a resistência civil frente ao golpe militar, o autor considera que é necessário avançar-se e aprofundar as narrativas já existentes sobre as povoações da província.

A maioria das medidas tomadas pelas novas autoridades, sempre assessoradas pela hierarquia militar ou civil, foram no sentido de localizar os responsáveis pelos sucessos implicados na resistência aos golpistas. Para este efeito, formaram-se rapidamente patrulhas, ligadas aos golpistas, que se dedicavam à localização dos implicados. Estes seriam interrogados, torturados e finalmente presos ou assassinados e abandonados nas beiras de estradas. As primeiras mortes teriam um forte impacto, conduzindo à fuga descontrolada e em grande escala dos militantes da Frente Popular ou simpatizantes, convertendo-os rapidamente em *fluxidos* ou *semi-fluxidos* – porque se conheceram várias formas de fuga face à feroz resposta das novas autoridades. Fugiam para os montes, subsistindo com grandes dificuldades, muitas vezes ajudados pelas populações locais, outras vezes denunciados por elas; em casa de familiares ou amigos noutras povoações; fora do país; ou até escondidos em suas próprias casas usando esconderijos.

Alguns destes *fluxidos* preferiram passar para Portugal, onde pensavam encontrar uma saída provisória à espiral repressiva que se levantou em Pontearas. No entanto, a permanência em território português não foi pacífica, porque a pressão da polícia portuguesa e a afinidade existente entre os dois regimes desencadeou uma perseguição aos espanhóis refugiados por motivos políticos, sendo que muitos deles foram entregues às autoridades espanholas e por fim presos ou assassinados. Deste modo, na fronteira galaico-portuguesa desencadeou-se uma guerra peculiar, na qual confluíam forças repressivas de vários países, refugiados políticos, contrabandistas e redes que ajudavam os *fluxidos* espanhóis e por vezes os delatores.

Para o autor, as duas modalidades repressivas, a ilegal e a institucionalizada, permitem uma compreensão do fenómeno no seu conjunto. A repressão ilegal utilizada nos primeiros meses de

guerra civil permitiu uma rápida consolidação na retaguarda do novo regime através dos *paseos* realizados pelos grupos de paramilitares, por outro lado a repressão institucionalizada, exercida pelos militares através da aplicação de uma política de vingança com a cobertura legal dos juízos militares."

Filipa Piecho
CEEP-UNL

Margarida Fernandes

Terra de Catarina. Do Latifúndio à Reforma Agrária, Ocupação de Terras e Relações Sociais em Baleizão

Oeiras, Celta Editora, 2006

Esta obra – cujo título coincide com o nome da UCP de Baleizão criada em Novembro de 1975 –, prefaciada por Heriberto Cairo Carou, corresponde à edição de uma tese de doutoramento em Antropologia Social defendida na Universidade de Kent em Canterbury.

Abrindo com um capítulo onde é elaborada uma descrição de Baleizão, do assassinato de Catarina Eufémia e do seu hastear como bandeira de luta dos trabalhadores, *Terra de Catarina* constitui uma análise do conflito inerente à questão agrária nos campos do Sul ao longo do século XX, encontrando-se implicitamente dividida em duas partes: o conflito no latifúndio e o conflito na Reforma Agrária.

A autora tece um eficaz exame da bibliografia sobre a questão agrária analisando, entre outras questões, as razões históricas e naturais que levaram ao estabelecimento e perpetuação do latifúndio, as suas implicações políticas e sociais, as esferas de influência dos latifundiários, bem como os conflitos latentes e expressos entre latifundiários e trabalhadores agrícolas, com especial enfoque nas lutas que se seguiram à Implantação da República e durante o Estado Novo.

No que concerne aos confrontos da Primeira República, destaca-se o exame das reivindicações, das greves no Alentejo e Ribatejo, das Marchas de Fome, dos assaltos a armazéns e lojas, bem como da repressão que sobre estes protestos se abateu (que, em Baleizão, resultou no assassinato de Palmira da Graça, em Junho de 1917, na sequência de um assalto aos silos), e que conduz ao estabelecimento de um paralelismo entre a intensa agitação deste período e a do período revolucionário da década de 70, pela forma como foram emoldurados por conjunturas de transformação mais amplas e pelo subsequente exaurir das esperanças dos trabalhadores criadas tanto pela República quanto pelo 25 de Abril.

Sobre o período do Estado Novo, para além dos protestos que então tiveram lugar e da subsequente repressão, são avaliados aspectos como a mecanização da agricultura, a introdução da monda química, o êxodo rural, a emigração, as representações sobre os trabalhadores do Norte que se deslocavam sazonalmente ao Alentejo no período das ceifas, e refutada a ideia da falta de interesse dos alentejanos na posse da terra.

O processo da Reforma Agrária e os conflitos que daí resultaram são analisados nos últimos 3 capítulos. Em Baleizão, as primeiras ocupações de terras tiveram lugar em Julho de 75 e no fim deste ano a maioria das terras da freguesia encontravam-se já ocupadas, não tendo ocorrido

grandes manifestações de oposição por parte dos latifundiários. A celeridade com que o processo se desenrolou derivou de uma organização local dos trabalhadores assente nas redes informais que operavam ao nível das freguesias. A terra ocupada foi integrada na UCP Terra de Catarina, criada a 1/11/1975, tendo chegado a contar com 350 trabalhadores permanentes.

Se a questão do vazio legal das terras não parece ter inquietado os trabalhadores, já as relações laborais entre estes e os órgãos directivos da UCP tornaram-se por vezes conflituosas, assemelhando-se às relações entre patrões e empregados e revelando alguma dificuldade dos trabalhadores em participarem em assuntos colectivos. Estes embaraços estão, segundo a autora, relacionados com as dificuldades dos trabalhadores em se adaptarem ao “debate formal” das assembleias, que implicava, por exemplo, aguardar vez para falar ou ter um local e hora marcada para expor as suas propostas. Obstáculos que levam Margarida Fernandes a afirmar que: “A utilização de regras democráticas nas assembleias-gerais reduzia a democraticidade do sistema, porque reduzia a capacidade dos participantes de expressarem integralmente as suas opiniões da forma que lhes era familiar, ou seja, através da retórica comum” (126).

O início das desocupações em 1976 - processo apelidado em Baleizão por *ocupações*, sendo que as ocupações são designadas localmente por *tomas* ou *apanhas* – e a sua aceleração a partir de 1980 produziu intensos protestos reprimidos pela GNR e que de novo se saldaram no assassinato de 2 trabalhadores, em 1979, em Montemor-o-Novo. Apesar da maior parte das terras de Terra de Catarina terem sido desocupadas e das suas enormes dificuldades financeiras, esta UCP permaneceu activa até 1989, altura em que a terra que restava em regime de posse útil foi transferida para a Cooperativa Bandeira da Esperança. Contudo, este processo de transferência não foi vivido de forma pacífica em Baleizão e a maioria dos trabalhadores sentiu-se excluída do processo.

Examinado o quadro político da Reforma Agrária, Margarida Fernandes propõe-se demonstrar “por um lado, que os trabalhadores agrícolas tinham os seus interesses em conta ao participarem na exploração colectiva, e por outro, que eles aceitavam voluntariamente os contributos ideológicos externos unicamente na medida em que os consideravam benéficos na prossecução dos seus interesses.” (151).

Invertendo a ideia de uma alegada “manipulação” dos trabalhadores agrícolas por parte dos partidos políticos, nomeadamente pelo PCP, a autora defende que, em Baleizão, foram os trabalhadores que se serviram destas “influências externas” em defesa dos seus interesses particulares: “O individualismo, por um lado, e as solidariedades locais, por outro, poderão ajudar a explicar o envolvimento em larga escala dos trabalhadores agrícolas no processo de Reforma Agrária. A participação dos indivíduos manteve-se relacionada com as aspirações de cada um e o elemento colectivo de massas parece ser uma congregação de um elevado número de pessoas que partilhavam as mesmas condições de vida e uma experiência semelhante, que aproveitaram a oportunidade para atingir os seus fins particulares. É provavelmente nesta característica que poderemos encontrar a explicação para a curta duração deste movimento.” (178). Contudo, mais à frente, a autora afirma que os trabalhadores “sabem que o que quer que tivesse acontecido na sua aldeia não alteraria a forma como a Reforma Agrária se extinguiu...” (187).

Margarida Fernandes revela a dificuldade e o desconforto da população em falar sobre a Reforma Agrária e a excessiva importância atribuída pelos baleizoeiros a situações pontuais de

abusos, roubos ou negligência que terão ocorrido na UCP. Todavia, esta desilusão não impede que afirmem que “«aqueles foram tempos bons»”, mostrando que “teriam poucas reservas em aceitar participar num processo semelhante” (189). Com efeito, a autora afirma que as condições de vida haviam melhorado consideravelmente com a Reforma Agrária. O encerramento da UCP coincidiu com um crescimento do desemprego para índices preocupantes na freguesia. Em 1994, o penúltimo ano do trabalho de campo da autora, a Cruz Vermelha procedia à distribuição de alimentos em Beja.

Decorridos 30 anos sobre as primeiras desocupações de terras, a publicação deste livro em 2006, ancora o tema da Reforma Agrária à produção antropológica portuguesa, tema que tão poucas investigações tem inspirado mesmo fora desta disciplina, e que merece por isso ser saudada. Contudo, parece-me faltar nesta obra, por um lado, um balanço conclusivo que possa alinhar as ideias centrais de cada um dos capítulos, que surgem sem articulação explícita, por outro, uma maior utilização das fontes orais, uma vez que em relação a alguns pontos nem sempre é esclarecida qual a perspectiva dos trabalhadores agrícolas. Por último, revelar-se-ia oportuno um exame do papel da identidade e da dicotomia “influências externas” vs “ideologia nativa” de acordo com um ponto de vista *emic*, na medida em que poderia recentrar a ideia do individualismo na Reforma Agrária, questão que me parece constituir a pedra de toque desta obra, apresentando-se, no entanto, pouco laborada.

Eduarda Rovisco
CEAS – ISCTE
Bolseira da FCT

Amélia Frazão-Moreira e Manuel Miranda. Fernandes (orgs.)
Plantas e Saberes. No Limiar da Etnobotânica em Portugal
Lisboa, Colibri / IELT – Instituto de Estudos e Literatura Tradicional (FCSH-UNL), 2006

Com prefácio de Ana Paula Guimarães, que apresenta o livro mas também a colecção «a IELTsar se vai ao longe», este volume, compilado por Amélia Frazão-Moreira e Manuel Miranda Fernandes, reúne diversas contribuições, tendo como ponto de partida o 1º Encontro de Etnobotânica, realizado em Vila Real e Miranda do Douro em Agosto de 2000.

Apesar de afirmarem os organizadores que foi neste Encontro que se aprendeu e ensinou pela primeira vez Etnobotânica em Portugal, terá de notar-se que o ensino da Etnobotânica em Portugal remonta pelo menos a 1978, quando, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, vinte e dois anos antes da realização do encontro transmontano, Fernando Leite Costa iniciou a leccionação de Etnobotânica, uma disciplina optativa da licenciatura em Biologia, que viria a ser oferecida durante vários anos. Mais recentemente, na Universidade de Évora e também como disciplina optativa da licenciatura em Biologia, a Etnobotânica tem sido leccionada desde 1997.

A colectânea começa pelos «Primeiros Passos», onde Amélia Frazão-Moreira, em «Os saberes sobre as plantas: uma dimensão antropológica», aborda a concepção de natureza, a relação com o mundo natural e os seres que o constituem, em que se inserem os sistemas de classificação dos elementos do universo natural, planos mais vastos nos quais se integra a relação com o mundo vegetal, objecto da Etnobotânica. A autora enfatiza a dimensão holística e antropológica da investigação em Etnobotânica, que deverá preocupar-se com a concepção e ordenação do

universo vegetal de uma determinada sociedade, não se reduzindo a um mero processo de catalogação e descrição do uso das plantas tendo como referência o sistema taxonómico científico. Por outro lado, adverte para os perigos dessa tal forma limitada de trabalhar, que conduz apenas à cristalização de saberes da tradição oral, por natureza flexíveis e mutáveis, desvirtuando-os e perdendo simultaneamente a oportunidade de compreender plenamente o seu lugar num sistema mais vasto de práticas e saberes.

Segue-se uma nota sobre «Etnobotânica e Conservação da Natureza», de Maria Helena Ramos Lopes, em que se apontam com grande clareza os perigos associados à perda, pelo Homem actual, da noção sobre a sua relação íntima com a natureza e fragilidade como espécie, de que resulta, nomeadamente, uma atitude pouco responsável em que as consequências das alterações continuamente provocadas sobre o meio ambiente não são devidamente avaliadas. O grave problema da perda de conhecimentos populares de transmissão oral é enfatizado, notando-se que por pouco mais tempo iremos dispor de pessoas que possuam esses conhecimentos. De realçar o levantamento dos saberes populares efectuado no âmbito do Projecto «Plantas Aromáticas e Medicinais na Rede Nacional de Áreas Protegidas», de que a autora, entretanto infelizmente falecida, foi a primeira coordenadora. Este projecto originou diversas publicações e os organizadores apresentam uma lista de oito títulos publicados entre 2001 e 2005.

A finalizar os «Primeiros Passos», José Alves Ribeiro, em «Plantas bravias comestíveis e plantas condimentares», apresenta uma lista de 25 plantas bravias comestíveis com notas sobre a sua ocorrência, ecologia, aspecto e aplicações culinárias. Seguem-se 12 plantas bravias de frutos comestíveis, com várias considerações sobre as plantas e suas utilizações, outras plantas com elas relacionadas e utilizações noutras culturas e locais. Por fim, as plantas condimentares espontâneas e sub-espontâneas em Portugal surgem ordenadas pelos habitats em que ocorrem. O autor termina salientando a potencial utilidade de todas as plantas, mesmo que daninhas, infestantes e venenosas, e os perigos de confusão de plantas venenosas com outras que não o são. Propõe-se fazer novas resenhas, nomeadamente sobre plantas venenosas e plantas condimentares, e ainda sobre plantas cujo cultivo foi esquecido, que ficamos a aguardar com expectativa.

A colectânea prossegue com um novo tema: «Outros Caminhos dos Saberes Etnobotânicos», onde António Proença da Cunha, em «Fitoterapia e farmacognosia. Importância das plantas medicinais», analisa a problemática dos medicamentos à base de plantas, focando as regras para o seu fabrico, informações a dar ao consumidor e controle de contaminantes. A necessidade de um maior esforço no estudo da eficácia, segurança, possíveis efeitos adversos e contra indicações dos medicamentos à base de plantas é realçada.

Seguidamente, Fernanda Delgado-Sousa, em «Panorama da comercialização e cultivo das plantas aromáticas e medicinais em Portugal», faz uma breve história da utilização de plantas aromáticas medicinais (PAM) e condimentares, descrevendo a situação actual do consumo de PAM em Portugal e na Europa. Mais de 1000 espécies são utilizadas, havendo perigo de delapidação do património genético e problemas de controle de qualidade, dado serem espontâneas 90% das plantas usadas. Assim, a cultura das PAM é desejável e um conjunto de notas técnicas e considerandos sobre estratégias futuras para o seu cultivo é apresentado, destacando-se como maior obstáculo à sua expansão a certificação de qualidade dos produtos.

Em «Etnobotânica e desenvolvimento local. Relato de um debate», Artur Cristóvão descreve sucintamente uma mesa redonda, seguida de debate, em que se abordaram as potencialidades e

dificuldades de valorização e aproveitamento das PAM e a importância de garantir a fixação de benefícios a nível local.

No terceiro e último tema, «Em Terras de Miranda: Pés no terreno, ouvidos abertos», reúnem-se relatos das experiências de grupos de participantes do Curso de Etnobotânica que, numa tarde de Setembro, visitaram seis aldeias do Concelho de Miranda do Douro. Estas visitas foram preparadas com o intuito de facultar aos participantes um primeiro contacto com a realidade de recolha directa de informação através de técnicas de inquirição. Os participantes foram recebidos por informantes seleccionados pela organização do Curso e que, na maior parte dos casos, tinham colhido algumas plantas para mostrar aos visitantes.

É evidente que se trata de uma experiência muito condicionada e bastante apressada, cuja relevância levanta algumas dúvidas, por esses motivos. Esquecidas as recomendações iniciais de Amélia Frazão-Moreira, na prática as atenções focaram-se nas plantas e seus usos, quase se esquecendo as pessoas e o ambiente que as rodeia. No entanto, apesar da escassez do tempo disponível, que não permitiu uma abordagem mais do que superficial, os relatos apresentados conseguem dar um vislumbre da rica realidade da Etnobotânica mirandense. Além disso, o conjunto de informações reunidas tem ainda o valor de possibilitar outras interpretações e leituras. Por exemplo, quando D. Felisbina de Constantim refere um ditado popular segundo o qual «todas as ervas do Monte são venenosas entre Janeiro e Maio», poder-se-á reconhecer, muito para além das conclusões dos investigadores, a existência de um interdito que, apesar de assente em fundamentos seguramente improváveis, poderá proteger efectivamente «as ervas Monte».

Falha a organização por não ter feito a análise crítica que este conjunto de relatos justificaria e dela ter extraído algumas conclusões.

Com «Caminhos de agora e do futuro um rol de publicações e projectos. À laia de conclusão», de Ana Maria Carvalho e Amélia Frazão-Moreira, termina este volume com uma tentativa meritória de reunir e caracterizar os estudos etnobotânicos que têm Portugal como fundo e traçar perspectivas para trabalhos futuros.

Apesar do desfasamento temporal entre o curso que lhe deu origem e o seu aparecimento, é de saudar esta publicação, que pretende ser, como afirmam os organizadores na introdução, «*um primeiro passo para colmatar a lacuna existente de textos portugueses generalistas e de foro científico, sobre os Saberes das Plantas*».

Alexandra Soveral Dias
Universidade de Évora